

ENTRE REGRAS E RIOS: UMA ETNOGRAFIA DOS CONFLITOS NA COMUNIDADE ITAQUERA, BAIXO RIO BRANCO (RR)¹

Samuel Castro Lobato (PPGAS/UFRR)
Profa. Dra. Madiana Valéria de Almeida Rodrigues (PPGAS/UFRR)

RESUMO

O presente artigo nasce de uma pesquisa em andamento, vinculada ao mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Roraima, a pesquisa na comunidade ribeirinha Itaquera localizada no baixo Rio Branco-RR, tem o objetivo de compreender como as regras ambientais e sociais impostas pela criação da reserva extrativista Jauaperi estão alterando o modo de vida ribeirinha na região, relacionando com o atual cenário de conflitos entre os ribeirinhos e as instituições governamentais. A criação da reserva extrativista Jauaperi ocorrida em 05 de junho 2018 trouxe com ela um cenário de dúvidas em relação à manutenção do modo de vida ribeirinha na localidade, tendo em vista algumas mudanças na relação dos moradores no uso dos recursos naturais, a partir da adaptação as regras para residirem em uma reserva extrativista, que lhes impõem algumas restrições de uso destes recursos. Os resultados dessa pesquisa serão produzidos a partir da vivência etnográfica na comunidade Itaquera, que faz parte do conjunto de 14 comunidades que compõem a área da reserva extrativista Jauaperi. Ao evidenciar a coexistência e o conflito entre múltiplas ontologias no interior de uma unidade de conservação, este estudo contribui para o debate sobre os limites e desafios das políticas ambientais em contextos habitados por populações tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Ribeirinhos; Conflitos; Reserva Extrativista.

INTRODUÇÃO

A imagem socialmente construída das reservas extrativistas, ou seja, sua representação no imaginário social apresenta-se como uma importante alternativa para a solução de problemas relacionados à conservação ambiental. Entretanto, em nossos primeiros contatos com a comunidade ribeirinha de Itaquera, localizada no Baixo Rio Branco, em Roraima, deparamo-nos com um cenário marcado por dúvidas, inquietações e conflitos acerca da manutenção do modo de vida tradicional dos moradores após a criação da Reserva Extrativista (RESEX).

A criação de uma Reserva Extrativista fundamenta-se na preservação do meio ambiente e na promoção do bem-estar das populações tradicionais, buscando restringir a atuação de agentes que coloquem em risco tanto os recursos naturais quanto à segurança dos habitantes da região. Contudo, sua implementação implica mudanças na relação das

¹ “Trabalho Apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)”.

comunidades com os recursos naturais, bem como a necessidade de adaptação às normas que regulamentam a permanência e o uso do território protegido, transformando significativamente o cotidiano dos moradores.

Buscamos por meio da pesquisa de campo, compreender esses conflitos e suas implicações para o cotidiano da comunidade. O trabalho fundamenta-se na vivência etnográfica desenvolvida em Itaquera, local onde se iniciou o movimento social que, por intermédio da associação de moradores, levou à Assembleia Legislativa de Roraima a reivindicação pela criação da Reserva Extrativista.

Como resulta Peirano (1995):

“em relação ao caso brasileiro, especificamente, penso que nossa tradição etnográfica se baseia de forma equivocada, no princípio de que a criatividade pode superar a falta de disciplina e a carência de um ethos científico”. (PEIRANO, 1995, p. 31).

A observação da autora reforça a importância do planejamento metodológico e da condução rigorosa da pesquisa etnográfica, evitando improvisações que possam comprometer a qualidade da investigação. Nesta pesquisa, analisaremos as políticas públicas direcionadas à comunidade de Itaquera, buscando compreender se elas são suficientes para assegurar a continuidade do modo de vida ribeirinho e garantir os direitos previstos na legislação para as populações tradicionais inseridas em unidades de conservação. Nosso objetivo consiste em verificar se os moradores vivem em situação de vulnerabilidade social ou se recebem assistência adequada do poder público após a criação da RESEX.

Ressaltamos que esta pesquisa não pretende discutir a pertinência da criação da Reserva Extrativista, tampouco defender sua revogação. Nosso interesse concentra-se na análise das relações estabelecidas entre o Estado e os moradores após a implementação da unidade de conservação, procurando compreender em que medida os direitos, os modos de vida e as práticas tradicionais dessas populações vêm sendo respeitados ou transformados em decorrência das novas regras de uso do território.

A conservação ambiental constitui um dos maiores desafios contemporâneos, uma vez que a manutenção dos recursos naturais em quantidade e qualidade é indispensável para garantir condições de vida às gerações futuras. Entretanto, a efetividade dessa conservação depende não apenas da existência de políticas públicas, mas também do compromisso da sociedade e das instituições responsáveis por sua implementação.

Embora a RESEX tenha como finalidade conciliar a preservação ambiental com o uso sustentável dos recursos naturais, sua implantação revela uma série de desafios. Os conflitos existentes entre conservação ambiental e reprodução do modo de vida das populações tradicionais evidenciam a necessidade de diálogo, planejamento e participação efetiva das comunidades nas decisões relacionadas à gestão da unidade de conservação, para que a proteção ambiental caminhe de forma articulada com a justiça social.

No caso da comunidade de Itaquera, identificamos dificuldades relacionadas à atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão da unidade de conservação. Apesar de o decreto de criação da reserva atribuir ao Instituto essa responsabilidade, sua presença institucional na região ainda se mostra limitada, dificultando a implementação das políticas previstas para a área. Percebe-se a existência de conflitos velados entre a população local e a gestão do espaço. Somado a esse cenário, verificamos um sentimento de desconfiança por parte dos ribeirinhos em relação às instituições governamentais, decorrente de sucessivas promessas não cumpridas, sobretudo aquelas relacionadas ao financiamento de projetos destinados ao desenvolvimento local. Como consequência, iniciativas de aproximação promovidas por órgãos públicos frequentemente encontram resistência ou desinteresse por parte da comunidade.

Outro importante aspecto é que observamos a existência de conflitos internos entre os moradores, decorrentes de divergências em relação às lideranças comunitárias, especialmente entre os dirigentes das associações locais. Essas divergências têm contribuído para o enfraquecimento da organização coletiva, provocando o afastamento entre moradores e reduzindo a capacidade de mobilização da comunidade em torno de demandas institucionais e políticas públicas.

Compreender os conflitos existentes na localidade torna-se, portanto, essencial para analisar as mudanças na dinâmica econômica e social da região, especialmente aquelas relacionadas às transformações nos usos tradicionais dos recursos naturais e às exigências legais impostas aos moradores da reserva.

Durante entrevistas realizadas em dezembro de 2024, no âmbito do projeto “Bioeconomia Inclusiva na Amazônia”, diversos moradores relataram que a dinâmica econômica local era mais favorável antes da criação da RESEX. Segundo os entrevistados, a presença constante de marreteiros — comerciantes itinerantes que percorrem as comunidades ribeirinhas adquirindo produtos locais e comercializando

mercadorias —, turistas e praticantes da pesca esportiva promovia intensa circulação de pessoas e recursos financeiros na região.

Os turistas adquiriam artesanato produzido pelos moradores, valorizando a cultura local e a troca simbólica não só de artefatos, mas de valores e conhecimentos mútuos; enquanto os marreteiros atuavam como importantes intermediários na comercialização de produtos regionais, contribuindo para a geração de renda das famílias.

Na percepção de parte dos entrevistados, a criação da RESEX, associada ao afastamento desses grupos e às adaptações exigidas pelas novas normas de gestão da unidade de conservação, alterou significativamente o modo de vida ribeirinho, produzindo dificuldades econômicas e intensificando conflitos sociais que ainda se fazem presentes no cotidiano da comunidade.

CONFLITOS EXISTENTES NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS E SEUS ENTORNOS.

A dinâmica social que envolve as comunidades ribeirinhas é marcada por intensa complexidade, embora essas localidades ainda permaneçam pouco conhecidas pela população urbana. A reduzida visibilidade desses territórios contribui para a manutenção de diferentes formas de vulnerabilidade, sobretudo no que se refere à segurança dos moradores e ao acesso efetivo às políticas públicas.

No âmbito das ações promovidas pelos órgãos de fiscalização ambiental em diferentes regiões do país, têm sido recorrentes relatos de abordagens consideradas desproporcionais pelas populações tradicionais. Em diversos casos, as operações são percebidas como excessivamente coercitivas, produzindo constrangimentos e aprofundando o distanciamento entre as instituições estatais e as comunidades atingidas.

Essa realidade também se manifesta no estado de Roraima. Conforme noticiado pelo G1 Roraima (2025), o conflito entre comunidades ribeirinhas e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), no sul do estado, evidencia a necessidade de maior atenção por parte dos órgãos responsáveis pela gestão ambiental e das autoridades públicas. Na ocasião, pescadores denunciaram uma operação de fiscalização realizada no rio Anauá, no trecho conhecido como Lago do Boiaçu, no município de Caracaraí. Segundo informações da Federação dos Pescadores Artesanais de Roraima (FEPE-RR), durante a ação houve apreensão de embarcações, motores e

outros equipamentos utilizados na atividade pesqueira, além da aplicação de multas que poderiam alcançar R\$ 5.000,00. Em resposta, o ICMBio informou que os pescadores se encontravam em área pertencente ao Parque Nacional do Viruá, ressaltando que a operação teve como objetivo assegurar o cumprimento da legislação ambiental. Lideranças locais, entretanto, alertaram que as restrições impostas podem afetar aproximadamente 12 mil famílias que dependem direta ou indiretamente da atividade pesqueira.

A situação descrita aproxima-se das reflexões de Pereira (2017), ao afirmar que as populações locais, especialmente aquelas vinculadas ao extrativismo, demonstram crescente insatisfação diante da ausência de planejamento e da limitada atuação do Estado na formulação de políticas públicas capazes de conciliar conservação ambiental e reprodução dos modos de vida tradicionais.

Esse cenário evidencia que as dificuldades enfrentadas pelas comunidades não se restringem às ações fiscalizatórias. Também são observadas limitações institucionais relacionadas ao atendimento jurídico, à mediação de conflitos e à presença de equipes técnicas preparadas para atuar em contextos socioculturais específicos, como aqueles vivenciados por comunidades indígenas e ribeirinhas. A ausência de profissionais especializados tende a dificultar a compreensão das particularidades desses grupos, contribuindo para o agravamento dos conflitos.

Outro episódio representativo ocorreu no município de Caracaraí. Conforme noticiado pelo G1 Roraima (2024), a Vara Cível local revogou uma decisão que determinava a retirada de famílias ribeirinhas de uma área em disputa com empresários no Baixo Rio Branco. A área, conhecida como Sítio Serrinha, localizada às margens do rio Água Boa do Univini², tornou-se objeto de sucessivos conflitos fundiários e de diferentes decisões judiciais relacionadas à atuação dos órgãos públicos na região.

Segundo o advogado responsável pela defesa dos ribeirinhos na Justiça Estadual, declarou em jornal local:

“A juíza deu a reintegração de posse com a retirada dos ribeirinhos em janeiro. Depois, fiz uma contestação alegando o direito originário, a Convenção 169 tratado internacional vinculante que estabelece os direitos dos povos tradicionais, comunidades ribeirinhas. Ela reconsiderou e

² O Rio Água Boa do Univini é famoso mundialmente como um dos melhores destinos de pesca esportiva. É internacionalmente reconhecido por abrigar grandes exemplares de tucunarés (como o tucunaré-açu), pirararas e piraibas. Também faz fronteira com a Estação Ecológica de Niquiá.

A decisão inicial, portanto, concedeu a reintegração de posse em favor dos empresários. Posteriormente, a defesa apresentou contestação fundamentada, entre outros aspectos, nos direitos assegurados às populações tradicionais pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), levando o juízo à suspensão da ordem de desocupação e à manutenção provisória das famílias na área.

Os episódios apresentados revelam que os conflitos têm se tornado cada vez mais frequentes na região. Observamos, contudo, que sua resolução tende a ocorrer apenas quando as disputas alcançam a esfera judicial, evidenciando tanto a insuficiência dos mecanismos administrativos de mediação quanto à judicialização crescente das questões envolvendo populações tradicionais.

Mesmo nesses casos, a atuação do Poder Judiciário enfrenta desafios decorrentes da complexidade dessas demandas, que frequentemente envolvem direitos territoriais, proteção ambiental, direitos humanos e reconhecimento dos modos de vida tradicionais. Tal realidade reforça a necessidade de uma abordagem interdisciplinar capaz de compreender as especificidades históricas, culturais e jurídicas que caracterizam os conflitos vivenciados pelas comunidades ribeirinhas.

Em grande medida, os conflitos entre moradores e instituições governamentais decorrem das diferentes concepções acerca do uso dos recursos naturais. Enquanto os órgãos estatais atuam com base em dispositivos legais voltados à conservação ambiental, os ribeirinhos compreendem esses recursos como elementos constitutivos de seu modo de vida, de sua identidade e de sua própria reprodução social.

Para aqueles que vivem na região, peixes, castanhas, frutos, cipós, madeira e demais recursos naturais representam, antes de tudo, meios de permanência e componentes de uma relação historicamente construída com o território. Sob a perspectiva institucional, entretanto, a utilização desses mesmos recursos é regulada por normas jurídicas que delimitam formas, períodos e intensidades de exploração, produzindo, não raras vezes, tensões entre legalidade e legitimidade.

A interpretação dessas tensões exige reconhecer que os conflitos não decorrem apenas do descumprimento da legislação ambiental, mas também do encontro entre distintas concepções de território, natureza e formas de existência. Nesse contexto, a atuação do Estado pode assumir características etnocêntricas quando interpreta os

modos de vida das populações tradicionais exclusivamente a partir de parâmetros jurídico-administrativos, desconsiderando as especificidades históricas e culturais que orientam suas práticas cotidianas.

Não se trata de afirmar que o exercício da autoridade estatal seja, em si, incompatível com os direitos das populações tradicionais. Entretanto, quando a aplicação da legislação ocorre sem considerar os conhecimentos locais e as formas próprias de organização social dessas comunidades, ampliam-se as possibilidades de incompreensão mútua e de intensificação dos conflitos.

Nesse sentido, Rocha (2006, p. 124) define o etnocentrismo como "uma visão de mundo em que o nosso próprio grupo é tomado como o centro de tudo e os outros são pensados e sentidos por meio dos nossos valores (...) e da nossa definição do que é a existência". Essa perspectiva permite compreender como determinadas práticas institucionais podem interpretar modos de vida distintos a partir de categorias construídas pela sociedade dominante, atribuindo-lhes significados que nem sempre correspondem às experiências vividas pelas populações tradicionais.

A diversidade cultural constitui um dos principais patrimônios da humanidade. Entretanto, essa diversidade nem sempre é reconhecida como um valor pelas instituições e pelos diferentes grupos sociais. Em diversas situações, práticas culturais distintas passam a ser compreendidas como inadequadas ou incompatíveis com modelos universalizados de gestão territorial, produzindo relações marcadas pela assimetria de poder.

No caso das comunidades ribeirinhas, a territorialidade está profundamente vinculada às formas tradicionais de uso dos recursos naturais. As atividades de pesca, coleta de castanhas, produção artesanal e demais práticas extrativistas não representam, necessariamente, estratégias voltadas à acumulação de capital, mas formas de reprodução social e de manutenção da vida comunitária.

Mesmo quando essas atividades se articulam ao mercado por meio da comercialização de pescado, artesanato ou produtos do extrativismo, isso não significa que os moradores possam ser equiparados aos agentes responsáveis pela exploração predatória dos recursos naturais. Essa distinção torna-se fundamental para compreender os conflitos analisados nesta pesquisa, uma vez que diferentes formas de uso da natureza coexistem na região, motivadas por interesses, escalas de exploração e racionalidades distintas.

As reflexões de Gluckman (1987) contribuem para essa compreensão ao demonstrar que a incorporação de determinados elementos culturais por grupos subordinados não implica, necessariamente, perda de identidade cultural ou completa assimilação. Ao analisar a sociedade da Zululândia, o autor evidencia que processos de mudança social frequentemente convivem com a permanência de estruturas culturais fundamentais. Essa perspectiva permite compreender que a participação dos ribeirinhos em circuitos comerciais não descaracteriza seu modo de vida tradicional nem elimina as formas próprias de organização social construídas historicamente.

De maneira semelhante, Almeida (2022) argumenta que é possível reconhecer a existência de múltiplos mundos e diferentes formas de conhecer e interpretar a realidade sem que isso implique negar a validade de conhecimentos produzidos em outros contextos. Essa perspectiva reforça a compreensão de que não existe um único modelo legítimo de relação entre sociedade e natureza, mas diferentes racionalidades que coexistem e atribuem sentidos distintos ao território e aos recursos naturais.

Desse modo, não há um modo de vida universal que possa ser tomado como referência para todas as sociedades. Assim como existem diferentes formas de organização da vida urbana, também as comunidades ribeirinhas apresentam modos diversos de ocupação do território, de organização do trabalho e de relação com o ambiente, construídos a partir de suas experiências históricas e culturais.

Entretanto, quando essas comunidades passam a integrar uma unidade de conservação, suas práticas cotidianas passam a ser reguladas por normas jurídicas específicas. Surge, então, uma questão central para esta pesquisa: em que medida essas regras, embora voltadas à conservação ambiental, interferem na reprodução dos modos de vida tradicionais das populações que historicamente ocupam esses territórios?

Essa problemática aproxima-se das reflexões de Ribeiro (1995), para quem os conflitos constituem elemento recorrente da formação histórica brasileira, marcada pelo encontro entre diferentes povos, sistemas econômicos e formas de organização social. Embora a cordialidade frequentemente seja apresentada como característica da sociedade brasileira, o autor demonstra que as relações entre grupos distintos foram, em diversos momentos, permeadas por disputas, violência e profundas desigualdades.

No Baixo Rio Branco, esse contexto histórico manifesta-se por meio de sucessivos ciclos de exploração dos recursos naturais. A região experimentou intensos processos de desmatamento, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, além da exploração ilegal de quelônios e da pesca predatória em larga escala nas décadas

seguintes. Tais práticas contribuíram para o agravamento da degradação ambiental e despertaram preocupação entre os próprios moradores da região.

Foi nesse contexto que lideranças ribeirinhas, organizadas por meio de sua associação comunitária, encaminharam à Assembleia Legislativa de Roraima a reivindicação pela criação da Reserva Extrativista Jauaperi, entendida como instrumento capaz de proteger simultaneamente os recursos naturais e os modos de vida das populações locais.

Todavia, embora a criação da RESEX tenha representado importante avanço no enfrentamento das atividades ilegais que historicamente afetavam a região, os conflitos não desapareceram. Em certa medida, modificaram-se seus protagonistas e suas formas de manifestação. Se anteriormente as tensões estavam concentradas na atuação de exploradores externos, atualmente parte significativa dos conflitos ocorre entre moradores, órgãos de fiscalização ambiental e instituições responsáveis pela gestão da unidade de conservação.

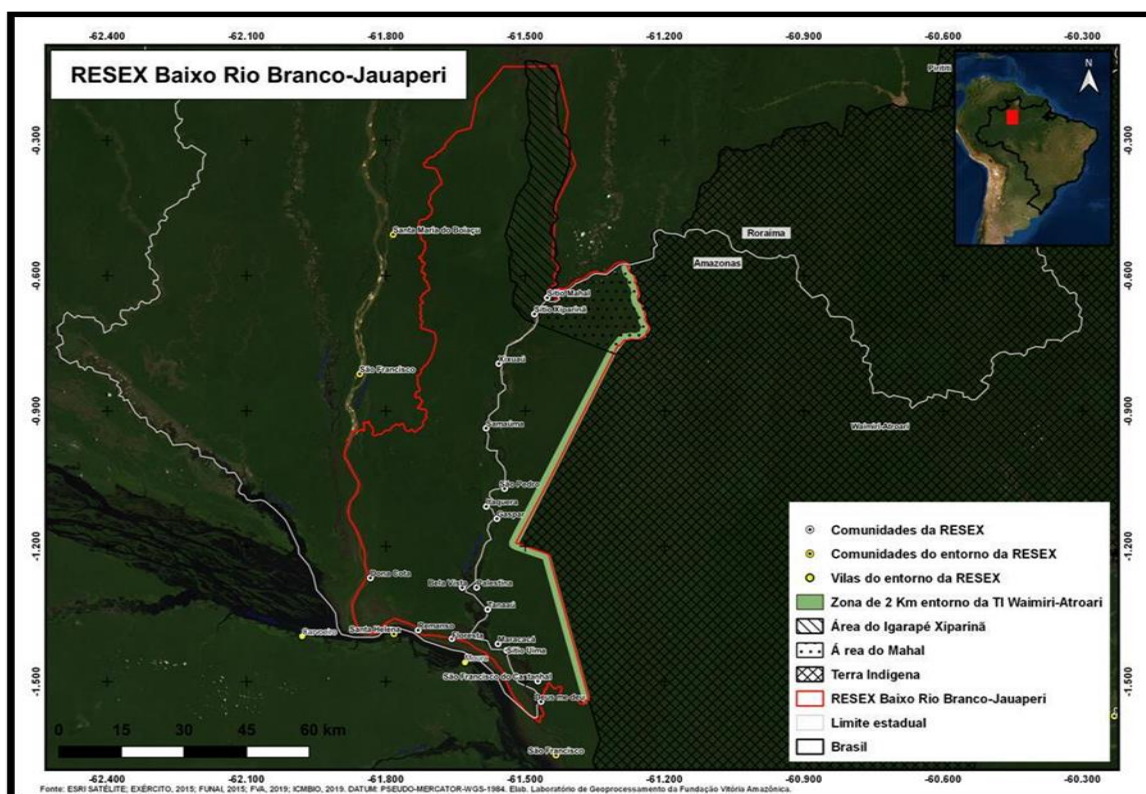
Nesse sentido, a perspectiva de Gluckman (1987) mostra-se especialmente pertinente ao compreender o conflito não apenas como expressão de ruptura, mas também como elemento revelador da estrutura social. Os conflitos permitem identificar disputas de poder, diferentes concepções de justiça, formas de organização política e os mecanismos por meio dos quais diferentes grupos negociam seus interesses.

Assim, entendemos que os conflitos observados na RESEX Jauaperi extrapolam a simples oposição entre legalidade e ilegalidade. Eles expressam o encontro entre distintas racionalidades acerca do território, da conservação ambiental e dos direitos das populações tradicionais. Compreender essas diferentes perspectivas constitui condição fundamental para analisar as relações estabelecidas entre o Estado e as comunidades ribeirinhas, objetivo central desta pesquisa.

O CONFLITO INTERNO ENTRE OS RIBEIRINHOS DA RESEX JAUAPERI.

No bioma Amazônia a Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-Jauaperi, localizada nos Municípios de Rorainópolis e Novo Airão, nos Estados de Roraima e do Amazonas criada a partir do Decreto nº 9.401, de 5 de junho de 2018, tem área total de 580.630,92 hectares.

Figura 01: Mapa de localização da RESEX Jauaperi.



A área de estudo compreende a região da reserva Baixo Rio Branco- Jauaperi, mais precisamente a comunidade ribeirinha Itaquera. Atualmente 60 famílias residem na comunidade.



Figura 02. Foto: Samuel Castro Lobato (entrada da comunidade Itaquera).

A partir das entrevistas realizadas com moradores da comunidade de Itaquera, identificamos que, embora exista um expressivo nível de organização comunitária —

representado pela Associação dos Extrativistas da Castanha-do-Brasil, pela Associação das Artesãs do Baixo Rio Branco, pela Associação de Moradores e pela atuação do Agente Comunitário de Saúde —, persistem divergências internas relacionadas a determinados temas, especialmente aqueles decorrentes da criação da Reserva Extrativista Jauaperi.

Os relatos dos entrevistados sugerem que grupos como pescadores, práticos e parte dos artesãos não possuíam uma compreensão abrangente dos impactos que decorreriam da criação da RESEX. Segundo esses moradores, muitas das restrições estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 9.401 foram percebidas apenas após sua implementação, produzindo mudanças significativas na dinâmica econômica e social da comunidade.

As narrativas indicam ainda que a iniciativa da Associação de Moradores ao encaminhar à Assembleia Legislativa de Roraima a proposta de criação da reserva estava fundamentada, sobretudo, na necessidade de proteger o território contra ameaças externas. Entre os problemas mais frequentemente mencionados destacam-se a extração ilegal de madeira, a atuação de grandes embarcações voltadas à pesca comercial e o tráfico de quelônios, práticas que, segundo os moradores, afetaram a região durante várias décadas.

Entretanto, a criação da RESEX não produziu apenas restrições voltadas aos agentes externos. O Decreto Estadual nº 9.401 também estabeleceu normas que alteraram práticas tradicionalmente desenvolvidas pelos próprios moradores da reserva. Entre elas, destacam-se as restrições à circulação dos chamados marreteiros, à pesca esportiva e à pesca comercial.

Um dos entrevistados sintetiza essa percepção ao afirmar que "os ribeirinhos não podem retirar peixes da reserva; podem até pescar e vender dentro da comunidade onde residem". Embora a afirmação expresse a percepção do morador acerca das regras vigentes, ela revela, sobretudo, como parte da comunidade interpreta os limites impostos pela nova legislação ambiental.

Antes da criação da reserva, a presença de turistas, pescadores esportivos e marreteiros desempenhava papel importante na economia local. Os turistas constituíam consumidores do artesanato produzido na comunidade, enquanto os marreteiros facilitavam o escoamento da produção extrativista, especialmente da castanha-do-Brasil, realizando seu transporte até os centros de comercialização.

Da mesma forma, a realização de eventos de pesca esportiva gerava oportunidades temporárias de trabalho para diversos moradores. Conforme relato de um entrevistado, alguns ribeirinhos eram contratados para atuar como práticos, função que consistia em orientar embarcações durante a navegação pelos rios da região. Segundo o depoimento, a remuneração média era de aproximadamente R\$ 300,00 por diária, e os eventos costumavam durar entre três e cinco dias, constituindo uma importante fonte complementar de renda para várias famílias.

Na percepção dos entrevistados, o afastamento desse público produziu impactos diretos sobre a economia da comunidade. A redução do fluxo de visitantes diminuiu a comercialização do artesanato, enquanto a ausência dos marreteiros tornou mais oneroso e complexo o transporte da castanha-do-Brasil, anteriormente realizado com maior facilidade.

Essas atividades integravam as estratégias de reprodução econômica das famílias ribeirinhas e contribuíam para complementar a renda obtida por meio das atividades extrativistas. As restrições decorrentes da criação da RESEX passaram, portanto, a produzir diferentes percepções entre os moradores. Enquanto parte da comunidade compreende a reserva como um importante instrumento de proteção ambiental, outros entrevistados enfatizam os impactos provocados pelas limitações impostas às atividades tradicionalmente desenvolvidas na região.

Essa situação aproxima-se das reflexões de Becker (2006), ao destacar que políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável na Amazônia podem produzir efeitos sociais, econômicos e políticos complexos, especialmente quando os custos da conservação ambiental recaem sobre populações que dependem diretamente dos recursos naturais para sua reprodução social.

Como estratégia de adaptação às novas condições, a Associação dos Extrativistas passou a organizar o transporte da castanha-do-Brasil por meios próprios. Embora essa alternativa tenha possibilitado a continuidade da atividade, os entrevistados relatam que o transporte tornou-se mais oneroso e logisticamente mais difícil, reduzindo a rentabilidade da produção.

Os relatos indicam que essas transformações repercutem diretamente na renda das famílias e evidenciam os desafios de conciliar a conservação ambiental com a manutenção dos modos de vida tradicionais. Ao mesmo tempo, observamos que algumas iniciativas comunitárias, como o ‘Projeto Quelônios’ e as atividades desenvolvidas pela Associação das Artesãs do Baixo Rio Branco, permanecem

relativamente menos impactadas pelas restrições decorrentes da criação da unidade de conservação, constituindo importantes estratégias de permanência e fortalecimento da organização comunitária.

O Projeto Quelônios é fruto de uma iniciativa privada, cuja forma de atuação na região ainda precisa ser melhor compreendida a partir de investigação mais aprofundada em campo. Por exemplo, entre os aspectos a serem analisados estão as formas de remuneração dos ribeirinhos envolvidos no projeto. Segundo os relatos iniciais, os moradores são remunerados após a soltura das tartarugas no rio, etapa que ocorre após a incubação dos ovos em caixas de areia até o período de eclosão.

Figura 03. Soltura de Quelônios no Rio Jauaperi. Foto: Antônio da Silva Vilhena



Já o trabalho da Associação de Artesanato, apesar de ter enfrentado inicialmente dificuldades relacionadas às vendas em razão da redução do fluxo de visitantes após a criação da RESEX, passou por um processo de reorganização. Atualmente, a associação utiliza estratégias de comercialização *online*, divulgando suas peças pela internet e incorporando o custo do frete fluvial ao valor final dos produtos.

Ressaltamos que essa associação é composta exclusivamente por mulheres, constituindo o único setor liderado exclusivamente por elas em toda a região da reserva. Em meio às transformações decorrentes da implementação da RESEX — envolvendo mudanças legais, adaptações econômicas e reorganização das formas de comercialização — este segmento, até o momento, apresenta-se como aquele menos impactado negativamente por esse conjunto de alterações.



Figura 04. Tabuas de cortar peça de artesanato feita com arvore caída no Baixo Rio Branco.

Foto: Antônio da Silva Vilhena.

Os artesanatos são feitos de madeira de arvores caídas, cipós secos, e ouriços já quebrados das castanhas do Brasil, sinal de que a preocupação ambiental sempre existiu nas atividades da associação.

CONFLITO ENTRE RIBEIRINHOS E INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS

Observamos que a gestão da Reserva Extrativista Jauaperi enfrenta dificuldades desde sua criação. Embora o decreto que instituiu a unidade de conservação atribua ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a responsabilidade por sua administração, o Instituto ainda encontra dificuldades para estabelecer uma presença institucional permanente na região.

Entre as primeiras medidas previstas para a gestão da unidade está a constituição de um comitê gestor, composto por representantes do ICMBio e das diferentes associações e lideranças existentes nas comunidades que integram a RESEX. Entretanto, conforme discutido anteriormente, os conflitos internos entre os próprios moradores acabam dificultando esse processo de organização coletiva e, conseqüentemente, a implementação das ações institucionais propostas pelo órgão gestor.

Além das divergências internas, identificamos um cenário de desconfiança entre parte dos ribeirinhos e as instituições governamentais. Essa percepção tende a dificultar o diálogo entre a comunidade e os órgãos responsáveis pela gestão ambiental,

comprometendo a construção de espaços participativos indispensáveis para a administração de uma unidade de conservação dessa natureza.

As reflexões de Turner (2005) contribuem para compreender esse contexto. Segundo o autor, os momentos de crise tendem a intensificar os conflitos sociais ao dividir os grupos entre apoiadores e opositores de determinadas posições. Entretanto, o drama social também representa uma oportunidade de transformação, desde que os conflitos sejam reconhecidos e administrados por meio de mecanismos de negociação e mediação.

Essa percepção aparece de forma recorrente nos relatos dos entrevistados. Ao comentar uma operação de fiscalização ocorrida na região de Caracaraí, um dos moradores afirmou: "A polícia do IBAMA e do ICMBio foram violentos com os meninos lá de cima." Embora o episódio tenha ocorrido em outra localidade, a narrativa revela um sentimento de pertencimento entre os pescadores do Baixo Rio Branco e os de Caracaraí, indicando que os conflitos envolvendo órgãos ambientais ultrapassam os limites geográficos das comunidades e passam a ser compartilhados entre grupos que vivenciam realidades semelhantes.

Os relatos sugerem ainda que, para muitos moradores, a distinção entre diferentes órgãos ambientais e seus respectivos agentes institucionais torna-se secundária diante das experiências acumuladas em operações de fiscalização. Assim, ações percebidas como violentas ou excessivamente repressivas podem influenciar a imagem institucional construída pelos ribeirinhos, dificultando iniciativas posteriores de aproximação promovidas por órgãos responsáveis pela gestão participativa da RESEX. Trata-se, entretanto, de uma hipótese que pretendemos aprofundar durante a etapa de campo desta pesquisa.

As dificuldades de gestão da unidade de conservação parecem decorrer, principalmente, de dois fatores. O primeiro diz respeito à baixa credibilidade das instituições governamentais junto às comunidades locais. Os relatos obtidos durante as entrevistas realizadas no âmbito do projeto Bioeconomia Inclusiva na Amazônia, em dezembro de 2024, indicam que muitos moradores manifestam desconfiança em relação aos órgãos públicos.

Segundo os entrevistados, essa desconfiança resulta do acúmulo de promessas não cumpridas ao longo dos anos. Diversas iniciativas foram anunciadas por representantes governamentais, incluindo recursos destinados ao desenvolvimento de projetos comunitários e investimentos em infraestrutura, como a construção de uma

escola para atender a região. Na percepção dos moradores, contudo, essas propostas não se concretizaram, contribuindo para o enfraquecimento da confiança nas instituições públicas.

Outro aspecto recorrente nas entrevistas refere-se ao Programa Bolsa Verde. Os moradores relataram que muitas famílias não foram contempladas pelo cadastramento e que o valor previsto pelo programa ficou muito aquém das expectativas geradas durante sua divulgação. Conforme os depoimentos coletados, até dezembro de 2024 nenhuma família da comunidade havia recebido o benefício.

O segundo fator relaciona-se à própria instabilidade das políticas públicas ambientais no Brasil. As mudanças de orientação administrativa decorrentes das alternâncias de governo produzem impactos sobre a continuidade das ações voltadas à conservação ambiental e ao fortalecimento institucional dos órgãos responsáveis pela gestão das unidades de conservação.

Nesse sentido, Brandão (2022, p. 660) observa que:

“A instabilidade política do Brasil dificulta a criação de coordenação de políticas ambientais, tanto no caso de corte de gastos públicos, que afetam a questão ambiental, quanto na rejeição de financiamentos para ações de monitoramento do IBAMA e do ICMBio”.

Essa análise contribui para compreender, ao menos parcialmente, por que, passados oito anos da criação da Reserva Extrativista Jauaperi, o Instituto Chico Mendes realizou apenas em janeiro de 2026 a primeira reunião oficial na comunidade de Itaquera.

Segundo informações repassadas por um dos moradores, esse encontro representaria o primeiro passo para a constituição do comitê gestor da RESEX. Entretanto, a participação da comunidade foi reduzida. Em uma análise ainda preliminar, os dados sugerem que essa baixa adesão pode estar relacionada tanto aos conflitos internos existentes entre os moradores quanto ao histórico de desconfiança construído nas relações entre a comunidade e as instituições governamentais.

Os resultados apresentados até o momento indicam que os conflitos existentes na Reserva Extrativista Jauaperi, especialmente na comunidade de Itaquera, possuem múltiplas dimensões e não podem ser compreendidos apenas como divergências relacionadas à gestão ambiental. As tensões observadas remontam aos primeiros

movimentos em torno da criação da unidade de conservação, uma vez que a proposta não foi consensual entre os moradores, produzindo diferentes posicionamentos quanto aos seus possíveis impactos sobre o modo de vida local.

Observamos também que as distintas formas de pertencimento entre os moradores do Baixo e do Alto Rio Branco podem contribuir para diferentes percepções acerca dos problemas vivenciados pelas comunidades ribeirinhas. Essa realidade tende a reduzir a visibilidade de demandas relacionadas ao reconhecimento dos modos de vida tradicionais, ao acesso às políticas públicas e à garantia de direitos, dificultando a construção de uma mobilização mais ampla em âmbito estadual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados até o momento indicam que os conflitos existentes na Reserva Extrativista Jauaperi, especialmente na comunidade de Itaquera, possuem múltiplas antologias e não podem ser compreendidos apenas como divergências relacionadas à gestão ambiental. As tensões observadas remontam aos primeiros movimentos em torno da criação da unidade de conservação, uma vez que a proposta não foi consensual entre os moradores, produzindo diferentes posicionamentos quanto aos seus possíveis impactos sobre o modo de vida local.

Observamos também que as distintas formas de pertencimento entre os moradores do Baixo e do Alto Rio Branco podem contribuir para diferentes percepções acerca dos problemas vivenciados pelas comunidades ribeirinhas. Essa realidade tende a reduzir a visibilidade de demandas relacionadas ao reconhecimento dos modos de vida tradicionais, ao acesso às políticas públicas e à garantia de direitos, dificultando a construção de uma mobilização mais ampla em âmbito estadual.

Nos contextos de conflito, essa limitada visibilidade social torna-se ainda mais evidente. Muitas das dificuldades enfrentadas pelas comunidades ribeirinhas permanecem pouco conhecidas pela sociedade roraimense, o que contribui para a permanência de situações de vulnerabilidade social e institucional.

Após a criação da RESEX, os moradores passaram a conviver com um conjunto de normas que regulamentam a permanência e o uso dos recursos naturais no interior da unidade de conservação. Embora essas medidas tenham sido instituídas com o objetivo de fortalecer a proteção ambiental, os relatos obtidos durante a pesquisa indicam que

sua implementação também produziu impactos significativos sobre o modo de vida das famílias, especialmente no que se refere às estratégias de geração de renda e às condições de reprodução social da comunidade.

Nesse sentido, os dados analisados sugerem que as políticas ambientais, quando estruturadas a partir de modelos normativos homogêneos, podem encontrar dificuldades para contemplar a diversidade de formas de ocupação, uso do território e relação com a natureza existentes entre as populações tradicionais. Essa constatação reforça a necessidade de incorporar as especificidades socioculturais das comunidades ribeirinhas aos processos de planejamento e gestão das unidades de conservação.

Os conflitos observados na Reserva Extrativista Jauaperi revelam-se, portanto, como processos complexos e dinâmicos, envolvendo disputas relacionadas à conservação ambiental, ao exercício da cidadania, à confiança nas instituições públicas e à continuidade dos modos de vida tradicionais. Mais do que representar situações pontuais, esses conflitos expressam as tensões inerentes às relações estabelecidas entre o Estado e as populações que historicamente ocupam esses territórios.

Por fim, ressaltamos que esta pesquisa encontra-se em desenvolvimento e que a etapa de aprofundamento do trabalho de campo permitirá melhorar a compreensão dessas relações. A convivência etnográfica na comunidade de Itaquera possibilitará analisar de maneira mais detalhada as experiências dos moradores, contribuindo para compreender como os conflitos são produzidos, negociados e ressignificados no cotidiano da Reserva Extrativista Jauaperi. Como asseveramos os resultados preliminares indicam que a criação da Reserva Extrativista Jauaperi produziu avanços importantes para a proteção ambiental, mas também reconfigurou as relações entre Estado e comunidade, evidenciando que a efetividade das políticas de conservação depende da construção de mecanismos de gestão capazes de reconhecer e incorporar os modos de vida das populações ribeirinhas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mauro. A coexistência de múltiplos mundos da realidade nas noções de verdade e razão. Entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos. Edição Fachin 20 de maio 2022.
- BECKER, Bertha. Análise dos efeitos sociais, econômicos e políticos das ações visando ao desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro cooperação CNPQ/IRD 2006.

BRANDÃO, Pamela, de Cássia. Políticas públicas federais, estaduais e municipais voltadas para unidades de conservação. **Revista Brasileira de Geografia Física**. V.15, n.02 (2022) pag. 650-669.

DECRETO nº 9.401 de 05 de junho de 2018 Ementa: **Cria a Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-jauaperi, localizada nos municípios de Rorainópolis e Novo Airão, nos estados de Roraima e do Amazonas**. Chefe de Governo: Michel Temer, Origem: Executivo /Data de Publicação:06 de junho de 2018 Fonte: D.O.U. DE 06/06/2018, P. 2.

G1RR, Área em disputa é conhecida como "Sítio Serrinha". Nova decisão é da Vara Cível de Caracará. **Por Redação g1 RR** — Boa Vista 25/06/2025 14h00.disponível em <https://g1.globo.com/rr/roraima/>

GLUCKMAN, Max. Análises de uma situação social na Zulilândia moderna. In: FELDMAN BIANCO BECK (org) Antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Unesp. 1987.

LEI Nº 30 de 26 de dezembro de 1992: **Cria o Instituto de Terras e Colonização de Roraima e dá outras providências**. Palácio Senador Hélio Campos, 26 de dezembro de 1992. OTTOMAR DE SOUSA PINTO Governador do Estado de Roraima. disponível em <https://leisestaduais.com.br/rr/lei-ordinaria-n-30-1992>.

PEIRANO, Marisa. A favor da etnografia. Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1995.

RIBEIRO, Darcy. O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo companhia das letras, 1995.

ROCHA, Everaldo. O que é etnocentrismo. São Paulo, Brasiliense, 2006 (coleção primeiro passos: p.124).

TURNER, Victor. Floresta de Símbolos: aspectos do ritual Ndembu. Rio de Janeiro: Eduff, 2005